

Geomonumentos, competição territorial e desenvolvimento

Algumas considerações em torno do Colóquio *Desenvolvimento Socioeconómico promovido pelo Património Geomorfológico das Terras de Sícó*. Alvaiázere, 25 de Maio de 2007

Norberto Santos

Centro de Estudos Geográficos de Coimbra

A realização do Colóquio *Desenvolvimento Socioeconómico promovido pelo Património Geomorfológico das Terras de Sícó* foi de grande interesse. A abordagem integrada que foi suscitada por alguns dos títulos das comunicações propostas, a participação de investigadores do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra (CEGC), com temas de evidente actualidade para os estudos em curso, e o apoio Institucional manifestado pelo CEGC à realização, da responsabilidade da Câmara Municipal de Alvaiázere, foram algumas das razões que deram a este evento científico uma manifesta relevância geográfica.

Tendo a Câmara Municipal assumido, em boa altura, o papel de anfitriã na pessoa do seu Presidente, Dr. Paulo Tito Morgado, acolitado pelo vereador do Ordenamento do Território e Urbanismo, Eng.º Carlos Graça, e pelo geógrafo João Forte, a reunião científica permitiu a produção de mais de uma dezena de *posters* elucidativos da importância de uma temática - a da preservação e ordenamento da paisagem -, que tem a capacidade de despertar nos investigadores de Geografia Humana a importância do saber da Geografia Física e, nestes, o valor do estudo físico referenciado ao Ser Humano no seu quotidiano e na expressão sustentável do seu comportamento presente.

As considerações aqui expressas incidem fundamentalmente em três das apresentações efectuadas. José Brilha e Paulo Pereira, do Núcleo de Ciências da Terra da Universidade do Minho e Lúcio Cunha, do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra propuseram, respectivamente, *A geoconservação como motor de desenvolvimento sustentável*, *Património geológico: o que é e como se avalia?* e *Geomorfologia e património no Maciço de Sícó*.

Tendo como denominador comum o entendimento do *lugar*, do *sítio* ou da *paisagem* património, suscitam questões que tornam o espaço da Geologia e da Geomorfologia numa abordagem de valor humanista evidente, embora com diferentes níveis de integração.

Toma-se, contudo, como de grande significado o facto de estas proposições precisarem de ser ampla-

mente valorizadas pela Geografia, de modo a torná-las em *pedra de toque* das sinergias geográficas e de interdisciplinaridade na leitura, interpretação, ordenamento e planeamento dos territórios.

A geoconservação foi referida como instrumento de protecção, de promoção e de utilização dos territórios. A forma de aceder a este instrumento apresenta diversos modos todos de inegável pertinência. As valências educacionais são, evidentemente, prioritárias, até porque a educação ambiental pode e deve tornar-se no principal veículo de qualidade de vida sustentável no processo de desenvolvimento, sabendo-se que a interacção, a difusão e a aprendizagem são fundamentais para a compreensão do mundo (local do autóctone e global do turista) em que nos inserimos, com a formação a apresentar uma mais-valia apreciável.

As valências culturais foram referidas e mostram-se significantes no entendimento que as sociedades demonstram em relação ao espaço em que se integram, embora devam resultar de metodologias participativas e não apenas identificativas ou de inventário, de modo a que a expressão da ciência possa ser facilmente entrecruzada com o saber fazer do sistema civilizacional presente.

A valência turística assume mesmo um papel de inerência pela sua capacidade produtiva da economia e reprodutiva dos territórios, especialmente na interacção entre ordenamento e a imagem a difundir, de modo a facultar a integração dos *lugares*, *sítios* e/ou *paisagens* da geoconservação no roteiro, na agenda, no cânone, no folheto, no marketing, respectivamente, de viagem, política, civilizacional, turístico, territorial.

A valência económica surge, precisamente, como integradora da anterior, devido à capacidade multiplicadora de investimentos e valorativa dos recursos endógenos do turismo. Na realidade, tudo acontece na dependência de uma ideologia capitalista dominante que vai explorando todos os tempos e todos os espaços onde é possível transformar os modos de actuação em lucro.

Em todos estes valores, as pessoas são, efectivamente, a comunalidade de referência e, por isso, precisam de tomar um lugar central, sabendo que os diferentes níveis de investigação precisam de ter nas populações a sua máxima expressão. Quer isto dizer que os estudos de geoconservação e património geomorfológico são estudos de territórios. Por isso, estes estudos são de pessoas e espaços e vão para além da importância da geomonumentalidade (abiótica), apresentam-se a par da geodiversidade (biótica) e coalescem no ambiente, porque não há homem que não seja natural, nem natureza que não seja humana (João André, 1996 - Vértice, Out-Nov., II série, 74)).

A defesa da importância da cientificidade nos processos e na identificação das características, qualidades, atributos e intervenções, precisa, pois, de ser composta com propostas que cativem as pessoas. Quer isto dizer que a par com o valor da ciência, é preciso dar valor ao senso comum, de forma a que se consiga uma ciência entendível aos leigos, que assim estarão muito mais predispostos a tornarem-se adoptantes num processo de aprendizagem para aceitação da inovação. O que aqui se afirma é que a geoconservação é um sinal cultural e civilizacional; compreendido como uma resposta prioritária num quadro de acção quotidiana das populações, e que, portanto, deve ser entendida em sentido lato e de forma sinérgica e não apenas numa valência abiótica/geológica/geomorfológica. Esta proposta encontra-se muito bem expressa na abordagem utilizada por Lúcio Cunha, da evolução das *buracas calcárias*, através da sua utilização como abrigo de animais e *fogo* (lar) de homens. É a geomorfologia cultural que aqui ganha expressão quando associa, por exemplo, ao brotar da água a religiosidade, às técnicas de recolha de água uma resposta das populações ao condicionalismo da excessiva secura superficial das regiões calcárias.

Na apresentação *A geoconservação como motor de desenvolvimento sustentável* o processo de decisão política é relegado para um segundo plano, numa temática em que parte significativa das acções, dos investimentos e mesmo dos estudos (da ciência) dependem de políticas de ordenamento, dos planos de natureza especiais e sectoriais, dos planos operacionais, dos programas específicos, sempre na alçada do poder político do governo central ou desconcentrado ou, em última análise, do poder autárquico descentralizado. Aliás, o evento científico que serve de agregador destas propostas é disso um exemplo. Portanto, a orientação política está sempre presente, porque, se não for por outro motivo, o político tem que tomar a decisão. O papel do investigador é criar opções com base em estudos aturados, integrados e exequíveis. Quer isto dizer que os estudos não podem ser efectua-

dos para ir ao encontro das necessidades políticas, mas sim ao encontro das necessidades dos territórios, que os políticos também devem servir. Esta realidade foi bem vincada na intervenção de Lúcio Cunha ao explicitar um triângulo de intervenção que integra o Ambiente, a Socioeconomia e a Política. Exemplifica com a gestão territorial e a sua relação imprescindível com os Geoparques, que precisam de apresentar uma escala de actuação bem definida e uma capacidade de projecção que lhes permita ir bem para além da região, até ao País e se possível atingir o âmbito internacional. Só assim se podem compreender os recursos a disponibilizar para tal prossecução; a investigação a efectuar, os reordenamentos a propor, os territórios a valorizar no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento, os investimentos a concretizar, a imagem a criar.

Pelo que acima fica dito, os geomonumentos, geossítios ou geomorfossítios, não podem, pois, ser considerados como elementos de promoção territorial em exclusividade. Eles têm que ser entendidos como mais um elemento de um processo sistémico, que num tempo determinado pode ser variável independente e condicionar a evolução, mas não será, com certeza, assim durante todo o tempo e em todas as circunstâncias. Esta linha de pensamento permite, aliás, compreender melhor e integrar um facto muito presente nos processos de *marketing* territorial, associado a actividades que resultam em valor económico: a sazonalidade. Sabe-se que a massificação do turismo impõe picos e períodos mortos. Ainda bem que estes existem. Os lugares que conseguem assegurar uma massificação continuada, óptima para os intuitos economicistas, dificilmente se ajustam às pretensões ambientalistas e de desenvolvimento sustentável. A capacidade de carga dos territórios não é ilimitada e há que saber dosear os ímpetus consumistas (porque o espaço também é cada vez mais objecto de consumo) de uma população que por ter uma classe média dominante, na parte do mundo apelidada de desenvolvida, consegue disponibilizar o dinheiro necessário para um consumo de lazer, quer através do descanso, do desenvolvimento ou do divertimento, como afirmou Joffre Dumazedier na sua obra *Vers une civilisation du loisir?*, de 1962.

A pergunta que talvez importe colocar é se há, efectivamente, sazonalidade. A sazonalidade parece ser aquela colocada pela conjugação entre a importância do tempo de trabalho para obter o capital e o crescente valor do tempo de lazer, que necessitando do capital obtido no primeiro, implica tempos específicos, frequentemente sazonais, mas claramente condicionados pelo ritmo das tarefas e trabalhos obrigatórios (no dia, na semana, no ano), já que na vida

pós-trabalho (a da aposentação) a sazonalidade conta menos.

A questão do acesso aos lugares (com valências variadas) surge também na agenda da geoconservação eivada de sinais de competição territorial. Assim o impõe a assumpção de um neoliberalismo orientador da socioeconomia. Paulo Pereira afirma a necessidade de uma inventariação de geomorfossítios. Todavia, explicita que esta inventariação é subjectiva salientando a importância de uma quantificação, assumida por diversos investigadores que se dedicam a estes estudos e lhes atribuem uma valência patrimonial, que deve ser hierarquizada por intermédio da ciência, da cultura, da ecologia, da estética e da economia, através de ponderações ajustadas. Será esta quantificação objectiva? Ou melhor, será que precisamos desta quantificação? Em termos práticos, conhecer bem o território é sempre um modo de conseguir ordenar, gerir ou planear de forma mais adequada. Mas como sabemos, isso só não é suficiente. Basta pensar no envolvimento, impacto e projecção tido pela iniciativa as *Sete Novas Maravilhas do Mundo*. Ainda assim, parece pertinente sublinhar que se se podem identificar lugares-âncora pela sua importância e capacidade de actuação supranacional (tanto os construídos pelo homem como os moldados pela natureza), para além destes, mesmo a par deles, todos deveriam ser de qualidade maior. A identificação das características (quantificação) deve ser efectuada para recuperar, reabilitar, reajustar, mais do que para proceder a uma competição territorial, de teor crescentemente economicista. Até porque a mobilidade, a vontade de conhecer das pessoas e a própria ideologia do lucro capitalista promovem, não o lugar, o sítio ou a paisagem, mas o rosário constituído pelos itinerários e percursos que respondem aos desejos, aspirações e interesses das diversas partes envolvidas.

É evidente que a geoconservação e o patrimonialidade assumidas pelos geomonumentos são modos de tornar o território mais rico, mas também de tornar a parte agente desses territórios - a população - mais responsável.

Se os geomonumentos podem conjugar-se com a sazonalidade do consumo massificado, promovendo espaços, tempos e modos alternativos, da mesma maneira que funcionam como âncoras de atractividade territorial, importa avaliar aprofundadamente as implicações que estes antigos lugares com novas roupagens têm na socioeconomia contemporânea.

Estes lugares, ao assumirem-se como alternativa à valorização de um tempo fora do trabalho¹ (especialmente aquele que é destinado ao lazer), são alvo da atenção de uma população que procura a diferença, a classe dominante. Esta população procurou no distante o seu espaço de lazer, porque a proximidade ficou muito exposta aos contactos do tempo de trabalho; procurou no exótico a fuga para a frente, para assumir a diferença de classes (estilos de vida); escolheu o diferente, mesmo *indo para fora cá dentro*, porque ao ser cativada para um território pouco explorado enquanto espaço de lazer, a necessitar de líderes de opinião e gestores para atingir uma expressão económica significativa para os agentes envolvidos (públicos e privados), mostra o nível cultural e a preocupação ambiental que ganham foros de moda.

Esteio de sustentabilidade, a geoconservação tem no seu âmago a capacidade de integração territorial, de recriação da imagem dos lugares, de melhoria da qualidade de vida das populações locais, de expressão de liderança política e de fórum de actividade científica. Assim sendo, trata-se de um tema de eminente importância geográfica a que todos os investigadores interessados com o território devem dar uma atenção especial.

¹ Depois de muito trabalho de investigação, ordenamento e gestão, sendo evidente a importância da dualidade das situações associadas ao lazer, que lhe permite dar expressão à valência económica.